
060ª SESSÃO ORDINÁRIA 29JUN2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Apregoo Memorando nº 013/15, de autoria da Ver.^a Jussara Cony, solicitando representar externamente este Legislativo, no dia 29 de junho de 2015, em audiência pública conjunta na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, destinada a debater o Parto Humanizado e o Projeto de Lei nº 7.633/14, da Câmara dos Deputados, às 14h, no Teatro Dante Barone do Palácio Farroupilha, em Porto Alegre.

Apregoo o Memorando nº 027/15, de autoria da Ver.^a Séfora Gomes Mota, nos termos do art. 227, § 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na audiência pública sobre o Parto Humanizado, nesta Capital, no dia 29 de junho de 2015.

Apregoo e defiro o Ofício nº 757/15, do Sr. Sebastião Melo, Prefeito em exercício, que solicita a retirada de tramitação e consequente arquivamento do Projeto de Lei nº 015/15. O Ver. Dr. Thiago solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 29 de junho de 2015. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra em Grande Expediente.(Pausa.) Desiste. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Alberto Kopittke.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu utilizarei estes 15 minutos para socializar com o conjunto de Vereadores e Vereadoras – as Vereadoras, na verdade, na maioria, já conhecem um pouco do teor do que vou socializar, porque fizemos a primeira reunião do que chamamos Conselho Político da Procuradoria da Mulher na Câmara Municipal de Porto Alegre. Tendo a responsabilidade de coordenar a Procuradoria neste primeiro ano, tenho a alegria de dizer que para o Conselho Municipal da Mulher, o Fórum Municipal da Mulher, a assessoria das

Vereadoras e a representação dos setores da Casa foram convidados, porque entendemos que a Procuradoria deve ser refletida e construída coletivamente, porque é uma instância nova nos Parlamentos, novíssima nesta Casa, e os procedimentos, as metodologias, desde como receber as denúncias e que encaminhamento dar a cada denúncia, até a forma como a Procuradoria estará atuando na Cidade, serão construídas pela primeira vez. Faremos um grande esforço para que seja de uma forma coletiva, refletida, conforme formos realizando. Então, em primeiro lugar, eu gostaria de socializar o que nós combinamos, ou as quatro dimensões de trabalho que construímos da Procuradoria da Mulher.

Uma primeira dimensão é a dimensão da escuta, a dimensão da Ouvidoria, mais uma possibilidade de as mulheres acionarem os seus direitos, trazerem denúncias, procurarem apoio em questões que elas não resolveram nas instâncias, eventualmente, que existem na Cidade ou que tentaram, e essa Ouvidoria ou essa dimensão da escuta vai ser a dimensão a ser trabalhada por nós em procedimentos. No caso do episódio da Ver.^a Jussara Cony, da própria Lourdes, da própria Mônica, nós vamos construir um fluxo que entendemos que seja receber a denúncia e qualificá-la a partir da legislação vigente. Então, nós vamos verificar na legislação, seja nos direitos humanos, seja na Constituição brasileira, seja na Lei Maria da Penha ou na Lei do Feminicídio, vamos caracterizar o evento e vamos tomar a decisão da opinião da Procuradoria, no Conselho Político da Procuradoria da Mulher, para que essa decisão tenha um respaldo coletivo, um acúmulo coletivo e ela possa instruir as instâncias de encaminhamento que eventualmente constarem na decisão. Ou seja, nós vamos avaliar e vamos encaminhar à presidência da Câmara, eventualmente à Comissão de Ética ou a instâncias da Prefeitura, Ministério Público a decidir, caso a caso.

Uma segunda dimensão é da ação. E nessa Ouvidoria tem a busca ativa ainda, a ideia de que nós possamos estar onde as mulheres estão, ir buscar as mulheres para que elas conheçam o serviço, para informá-las e, nesse sentido, tanto uma cartilha sobre a Lei Maria da Penha, quanto um *folder* da Procuradoria da Mulher, como uma publicação - que a Câmara já tem e que pretendemos atualizar da legislação relativa aos direitos da mulher -, serão base para a escuta e para a mobilização das mulheres indo diretamente onde elas estão.

Outra dimensão é a formação e a informação para o empoderamento das mulheres. Vamos, então, levar a informação, vamos fazer formação. O entendimento do Conselho Político da Procuradoria é de que nós devemos fazer formação na assessoria dos Vereadores, com a assessoria dos Vereadores e Vereadoras, para que também se apropriem das dimensões dessa luta da defesa da mulher.

Uma terceira dimensão, Ver.^a Mônica, da Procuradoria, será a de fortalecer a valorizar a participação das Vereadoras no Parlamento, nos espaços políticos, o fortalecimento das suas iniciativas como Parlamentares mulheres.

Entendemos que com essas três dimensões nós vamos ter bastante trabalho. A Procuradoria, então, tirou que, mensalmente, fará uma ouvidoria nos espaços da Cidade, construiremos um espaço virtual nesta Casa, na página da Câmara, um espaço institucional para receber as denúncias, reclamações, para que a população entre em contato por aqui; faremos um cadastro dessas denúncias, dessas manifestações para termos um diagnóstico das mulheres com as quais estivemos em contato, um diagnóstico de quais são as principais necessidades, os principais problemas; procuraremos que a TVCâmara também possa divulgar, através da fala de todas as Vereadoras, os direitos da mulher, a procuradoria, os instrumentos, espaços ou políticas que existem para atender às demandas da mulher. Ainda no nosso planejamento está, já no mês de julho, a primeira ouvidoria, no mês de agosto, uma quinta temática nesta Casa sobre o cumprimento da Lei Maria da Penha, a promoção de audiências públicas, dependendo de temas específicos, da questão de gênero, a preparação do 8 de março e do 25 de novembro. Vamos preparar com mais tempo, com mais fôlego, voltados para os temas das mulheres. A ideia é que a gente, com este conselho político, que vai reunir uma vez por mês, nós possamos fortalecer, construir, constituir este novo espaço na Casa para que ele se consolide, para que ele tenha a cara da produção das Vereadoras desta Cidade, mas que ele esteja além; mas que ele esteja além de perfis individuais, seja uma política desta Casa permanente, que vá sendo assumida ano a ano por uma das Vereadoras, mas que o Conselho Político dê conta de que todas participem todo ano das atividades e das iniciativas da Procuradoria da Mulher. Nós já temos o desafio de, no início de agosto, 14, 15, 16 de agosto, de estar mobilizando e participando ativamente da Conferência Municipal da Mulher que já estamos coordenando e trabalhando na sua organização.

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Mulheres também custam caro, Ver. Nedel, não é assim, sem custo nenhum. Nós teremos *folder*, pelo menos, para falar com as mulheres. O Ver. Nedel nos provoca, dizendo que não pode ter custo nenhum. A democracia tem um preço e é importante que a gente invista nos direitos das mulheres.

O Ver. Alberto Kopittke que não pôde estar neste momento por estar muito envolvido na temática da redução da maioria penal; não sei se vocês viram as cruzes que amanheceram em frente à FASE, na Padre Cacique, esta manhã. É que estamos muito preocupados; e a juventude do Brasil está se deslocando a Brasília para acompanhar a votação amanhã, no Congresso Nacional, relativa à redução da maioria penal. Sugiro a leitura de duas reportagens publicadas pelo jornal Zero Hora, uma no sábado e outra domingo. Uma é sobre os presídios no Brasil, mostrando que temos 200 mil vagas a menos do que presos, portanto um sistema penitenciário caótico, reprodutor da violência e da marginalização. E, de outro lado, uma matéria importante sobre a FASE e sobre quais são, de fato, os instrumentos mais efetivos que temos para a idade inferior aos 18 anos, que é o sistema socioeducativo. Como a ressocialização, Sr. Presidente, que é muito mais efetiva no sistema hoje adequado aos adolescentes. Nós esperamos que, com todas essas evidências, com mobilização dos órgãos relativos aos direitos da criança e do adolescente, com a mobilização e a opinião clara de quem entende de segurança, entendam que é um desastre colocar a nossa juventude no sistema carcerário do mundo adulto. Primeiro, porque nós não temos política adequada para o sistema prisional do mundo adulto. E, de outro lado, porque nós temos, de fato, como melhorar o sistema socioeducativo, mais ainda do que é hoje, com bastante possibilidade de ressocialização, de reintegração, de reconstrução de projeto de vida.

Nós devemos continuar apostando nos nossos adolescentes, eles são muito mais vítimas do que agressores, considerando a quantidade e o percentual. O percentual é significativo, é verdade; a violência está em todas as fases, mas eles são muito mais vítimas do que agressores. E o atual sistema, com as aprimorações que são necessárias, é o melhor ainda para os nossos adolescentes, e não o ingresso no sistema carcerário geral, que é falimentar e que precisa de urgentes medidas de mudança para que os

adultos tenham alguma chance alternativa de sair do sistema prisional para uma vida digna, para uma vida dentro da justiça, da legalidade, uma vida dentro da positividade e da preservação da vida humana.

Vou encerrar dizendo que nós, na semana passada, vivemos uma semana intensa. Hoje, nós fizemos um debate na TVCâmara; eu lamento que não tenha ido ninguém com a posição contrária ou com a posição defensora que retirou do Plano Municipal de Educação qualquer menção à necessidade do enfrentamento de situações de homofobia, de violência e de discriminação dentro da escola – um debate, Ver. Casartelli, comigo, contigo, com o Ver. Prof. Alex Fraga. E nós registramos que o Plano Municipal de Educação poderia ser muito mais ousado, poderia estar à frente do seu tempo, poderia avançar em relação à construção de sujeitos livres e sujeitos democráticos de verdade, porque isso se aprende. Nós tivemos, lamentavelmente, a confusão entre o Estado laico e as religiões aqui, uma mistura que não é boa, uma mistura que não instala no Brasil a República plenamente.

Quero fechar meu pronunciamento, já que comecei com o tema da mulher, dizendo que um dos elementos que nós conseguimos resgatar no Plano Municipal de Educação, retirando, modificando a redação da Mensagem Retificativa, foi a constituição, para não terminar meus quinze minutos de Grande Expediente na negativa, do grupo de trabalho interinstitucional para trabalhar o tema da violência contra a mulher. Isso na emenda, que nós chamamos de emendão, ficou consagrado, Ver. Casartelli, e as questões de gênero estão, sim, por aí. Esse grupo institucional que vai trabalhar os assuntos relativos às mulheres – a discriminação da mulher, a violência contra a mulher – vai pensar ações para a educação no Município de Porto Alegre, das três esferas, no sentido do enfrentamento desse tema. Então, restou, sim, um Fórum Municipal dos Conselhos Escolares, que nós conseguimos resgatar – já que a Mensagem Retificativa terminava com ele –, será um espaço democrático importante de Cidade e tratará de temas de avanço, monitoramento desse plano e avanço em relação a esse plano.

Eu acho que dá para fazer muita coisa a partir do plano aprovado, apesar de a gente registrar aqui que poderíamos ter ido bastante além e dar um exemplo para a sociedade, que tem que avançar e se dar conta da nova realidade, a realidade de violência que chega às escolas também.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Passamos à

PAUTA

Não há Vereadores inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de Pauta.
Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 14h43min.)